

— 108 —

plo. Não queria fazer poesia no discurso do nobre colega que está na tribuna.

O Sr. Frota Aguiar — Responda-me V. Exa.: V. Exa. é grande ou pequeno produtor?

O Sr. Carlos Pinto — Não sei o que V. Exa. chama de grande ou pequeno produtor.

O Sr. Frota Aguiar — V. Exa. que é produtor deve saber mais do que eu.

O Sr. Carlos Pinto — Não sei — repito — o que V. Exa. chama de grande ou pequeno produtor.

O Sr. Frota Aguiar — V. Exa. é pequeno produtor. Não está, portanto, dentro de minha crítica. O nobre colega é às vezes até explorado, como está acontecendo no caso do leite. Por quanto vende um litro de leite?

O Sr. Carlos Pinto — Cr\$ 2,80.

O Sr. Frota Aguiar — V. Exa. está sendo explorado pelo intermediário. O leite é vendido a Cr\$ 7,50. Portanto, V. Exa. é um explorado. Tanto o é V. Exa. como o consumidor. Não se envolva, pois, nos ataques que faço aos intermediários.

V. Exa. é conhecido nesta Câmara como defensor dos pequenos produtores, e não dos grandes nem dos intermediários.

O Sr. Carlos Pinto — V. Exa. vai ser atendido.

O SR. FONSECA E SILVA — Sr. Presidente, aqui está o objetivo principal destas minhas considerações, que é também uma denúncia à Nação, à guisa de advertência. Já começa a aparecer, como outrora, quando o Presidente da República, o saudoso Epitácio Pessoa, ativou o problema da Mudança da Capital, em 1922, uma onda de vendedores de lotes, de chácaras, de fazendas — localizadas, dizem esses negociadores, no perímetro do Novo Distrito Federal, em Goiás. Considero essa epiquéia, esses negócios, essa indústria, afronoso crime contra a economia po-

pular. Até hoje aqueles que acreditaram no loteamento de 1922 reclamam contra aquela "grilagem" generalizada. Todo mundo sabe que a área destinada ao Distrito Federal, por força de lei, é hoje em região, cujas terras estão sob o controle do Governo por ato legal de desapropriação por utilidade pública. Daí, o meu apelo e a minha advertência, à guisa de esclarecimento à opinião pública. O que é lastimável, Sr. Presidente, é que, enquanto o Governo adquire por compra mansa e pacífica aos proprietários dessas terras à razão de Cr\$ 700,00 a Cr\$ 900,00 o alqueire geométrico, essas firmas estão anunciando a venda de lotes junto da cidade de Planaltina (vide documento, à guisa de anúncio, que transcrevo no final desse meu discurso) à razão de 30 a 40 mil cruzeiros, vendas de lastimáveis conseqüências para aqueles que, de boa fé, estão comprando terras na base e estimativa de uma supervalorização no futuro, coisa tão comum nesta hora em que o nosso dinheiro se desvaloriza e os imóveis continuam em ascensão progressiva na bolsa de valores comerciais. Não sou, nem posso ser contra o direito de propriedade, mas a hora é oportuna para a interferência do Governo junto dessa onda exploradora de mais de um setor de possíveis fraudes, depois das misteriosas importações e exportações. Que haja esse loteamento, fora da área privilegiada, mas que haja exigências legais de todos os requisitos modernos de urbanismo, como sejam instalação de água e esgoto, luz, áreas destinadas a administrações públicas, sociais e religiosas, sob o controle da própria entidade administrativa que comanda o sentido urbanístico da grande empresa. E não o que aí está: Anuncia-se a venda, passa-se um contrato de venda e surgem as prestações. Numa palavra: "nabos em sacos".

Para fundamentar esta minha advertência, aponto o tópico muito

— 109 —

oportuno do "Correio da Manhã" do dia 28-7-56, êsse grande paladino da conservação de nosso regime democrático, mas inimigo número um do artigo 4.º das Disposições Transitórias de nossa Constituição Federal, sob o título: "O novo encilhamento", que transcrevo como epílogo destas minhas considerações. Ao lado de sua campanha sistemática contra a Mudança da Capital, salienta o perigo da especulação, bem assim: "O Jornal" de domingo, também acérrimo combatente daquele dispositivo constitucional, sempre com a mesma ironia, mas ressaltando o mesmo perigo da propalada especulação.

O interessante Senhor Presidente, é que estas firmas só têm um objetivo, o da venda dos propalados lotes nêsse ou naquele bairro do futuro Distrito Federal, pouco lhas interessa a realidade da Mudança. É o que se vê, é o que se sente e se sabe. Que o Governo, pela Comissão de Planejamento, que o Governo, através dos órgãos que defendem a economia popular, tome conhecimento dessa advertência e haja imediatamente através dos caminhos que a própria lei aponta, quer prevenindo os incautos, quer prevenindo a sua própria função econômica no futuro. A cidade de Goiânia é um exemplo vivo. O erário público nada tem para acompanhar o progresso demográfico. Não preveniu. Hoje predomina naquela cidade catita a indústria do loteamento, enquanto o Governo terá que adquirir para seus grupos escolares, suas escolas, por preços elevadíssimos, o terreno necessário.

Para elucidar minhas considerações, passo a ler o discurso proferido pelo Senador goiano, Sr. Coimbra Bueno, publicado no Diário do Congresso Nacional do dia 24 de março de 1946, focalizando e prevenindo contra as "arapucas" do loteamento do Distrito Federal, bem como outras notícias referentes ao assunto.

El-lo:

O SR. COIMBRA BUENO — (*Lê o seguinte discurso*): — Sr. Presidente, Srs. Senadores.

É de vital importância para Brasília, que desde o início saibamos subordinar interesses menores, regionais, de grupos ou pessoas — aos interesses maiores do Brasil. Precisamos da colaboração de todos os homens válidos, todos conscientes de que, embora superadas, não são insuperáveis as dificuldades que há anos vêm se agravando — a ponto de já constituírem séria ameaça a própria Democracia Brasileira.

Com o pensamento e ação voltados para o Brasil já se constituíram e funcionam várias entidades oficiais e privadas, às quais se devem as etapas vencidas e o avanço progressivo dessa grande realização. Avultam-se entre as entidades privadas a "Rádio Brasil Central", uma das mais completas difusoras do País — dedicada especialmente à campanha da Interiorização, e entre as entidades oficiais as três Comissões Federais de Localização, 1892, 1946 e a atual de 1953.

Todos que vêm colaborando para Brasília, nesta fase pioneira, nada vêm percebendo do Governo; a maioria não reclama sequer o reembolso das despesas de viagem e alimentação; muitos contribuíram com trabalhos ingentes percebendo apenas os vencimentos de seus cargos efetivos; entidades há que vêm liderando anos a fio a campanha da Interiorização, outros vêm colaborando com contínuos trabalhos, sem jamais terem reclamado ou percebido um único centavo do Poder Público.

Em virtude de assento nesta Casa — afastamo-nos da direção técnica da atual 3.ª Comissão de Localização da Nova Capital Federal. Não temos, no presente momento, nenhuma participação executiva no órgão que tem a missão de localizar o Novo Distrito Federal.

Sob a Presidência do Excelentíssimo Sr. General Caiado de Castro, que hoje nos honra com sua

presença nesta Casa, a 3.^a Comissão de Localização deixou completados ou contratados os trabalhos finais para a escolha do sítio do novo Distrito Federal, trabalhos esses que datam oficialmente de 1946, na atual arrancada e, na anterior, de 1892, compreendendo mais de 20 alentados volumes que com a exceção dos de 1892 estão inéditos, a fim de que não venham a se tornar fatores de embaraços para a desapropriação global das áreas do novo Distrito Federal e de outras que se fizerem necessárias à Interiorização.

A desapropriação das áreas deverá tornar, o Governo, único e exclusivo proprietário de terras no novo Distrito Federal como está estabelecido em lei. Proprietário de todos os 5.000 kms², ou sejam cerca de 110.000 alqueiras geométricos e outros mais que se fizeram necessárias e não de uns 2.500 alqueiras geométricos — como imaginaram alguns — destinados para uso e gozo dos especuladores, que iriam embolsar a valorização resultante, das inversões do Governo.

Temos a exemplo vivo de Belo Horizonte, e mais recentemente de Goiânia, onde o Poder Público, ao invés de desapropriar as áreas totais dos respectivos distritos, deixou-as cair nas mãos de particulares na sua maioria elementos que em nada contribuíram para a criação da nova Cidade — muitos residentes fora e que nunca sequer a visitaram — e que, no interesse de apenas buscarem valorizações, têm deixado essas áreas baldias ou nelas projetando bairros incompatíveis com uma Capital moderna.

Hoje tanto Belo Horizonte como Goiânia, lutam com problemas insolúveis de urbanização, cada uma com número de lotes dezenas de vezes superiores aos necessários, e em completa desproporção com as respectivas populações. Daí a carência de água, luz, esgotos, calçamentos e demais serviços públicos dificultados por tão vasta extensão da área urbana.

Desde os primeiros passos por Brasília — à base de nossa própria experiência em Goiânia — vimos clamando pela desapropriação prévia e total da área do novo Distrito Federal e de outras que se fizerem necessárias à Interiorização. Sem isto a obra que é autofinanciável — isto é: de custo zero para a Nação — iria tornar-se onerosíssima e na prática inexecutável, em face dos preços artificiais das terras, e do desvio das valorizações — do erário público — para os especuladores. Não foi viável nas conjunturas passadas e não vemos como será nas futuras, uma dotação de verbas substanciais para Brasília — em face dos eternos problemas que absorvem as atuais e desorganizadas administrações Federais e Estaduais. A Nova Capital deverá contar com seu auto-financiamento. Para isso toda a valorização terá de ser drenada para os cofres públicos. É portanto, indispensável a total desapropriação de toda a área do novo Distrito Federal, além de severa regulamentação da taxa de melhoria e de outras medidas constitucionais aplicáveis às áreas vizinhas do Planalto Central.

Ao aceitarmos a Direção Técnica da Comissão de Localização, e no que se refere à desapropriação, promovemos a alteração do Decreto n.º 32.976, de 8 de junho de 1952, no seu art. 2.º, letra d, para a seguinte redação:

Art. 2.º A Comissão Especial de que trata o art. 1.º deste Decreto também compete realizar ou mandar realizar;

.....
.....

d) "plano de desapropriação da área do Distrito Federal e de outras necessárias".

Esta alteração foi proposta ao Excelentíssimo Senhor Presidente Getúlio Vargas pelo então Presidente da atual 3.^a Comissão de Localização, General Caiado de Castro, que já a havia aprovado e obteve o imediato beneplácito presidencial — tal a sua relevância.

— 111 —

Condenamos como vendilhões do Templo, como traidores da Pátria, como hienas do esforço perseverante de muitos voluntários, todos aqueles renegados argentários, que, visando a pura e simples satisfação de seus interesses imediatistas, não se pejam de se locupletarem, das áreas potencialmente destinadas à Nova Capital Federal, buscando subtrair à Nação a posse e domínio da matéria-prima de que tanto necessita: — os terrenos virgens, para nêles edificar sua Capital financiada à custa da valorização, que irá provocar.

Vimos reiterar desta Tribuna, urgentes e enérgicas medidas do Governo, para conter a especulação de terrenos da Nova Capital que já se iniciou.

Vimos novamente denunciar esse perigo.

Vimos encarecer as razões e as medidas solicitadas em nossa carta de 28 de março do corrente ano, aos Senhores Chefes da Casa Militar da Presidência da República e Presidente da 3.^a Comissão de Localização, que, dada a importância fundamental que encerram, passamos a ler.

Rio de Janeiro, 28 de março de 1955.

Excelentíssimo Senhor Marechal José Pessoa Cavalcante de Albuquerque. DD. Presidente da Comissão de Localização da Nova Capital Federal — Nesta.

Excelentíssimo Senhor:

A brusca e intensa propaganda dos trabalhos de localização do Novo Distrito Federal, que há anos vêm sendo executados, aliada à recente visita em que Vossa Excelência e novos membros e técnicos dessa Comissão tomaram contacto com o Planalto, bem como as declarações feitas à Imprensa, encarecidas pelo prestígio pessoal de Vossa Excelência e pela projeção do posto de Marechal do Exército

Nacional — provocaram em Goiás, uma corrida imobiliária, que tende a proporções de uma catástrofe para efeito da concretização da mudança, uma vez que criará uma valorização artificial das terras, exatamente na fase em que o Governo tem de adquiri-las.

Repetidas vezes, durante o Governo do Presidente Getúlio Vargas, na Presidência do General Caiado de Castro, bem como no atual Governo do Presidente Café Filho, na Presidência de Vossa Excelência, assim como em trabalhos publicados, chamamos a atenção para o perigo da especulação imobiliária decorrente da divulgação da escolha do local, encarecendo as precauções necessárias para se evitar que o público fôsse tomado do delírio do lucro, com a valorização dos terrenos de Goiás, decorrentes da mudança. Delírio particularmente perigoso, porque para êle convergem as tendências psicológicas do povo brasileiro, vivamente estimuladas para o comércio de imóveis pelas atuais condições econômicas do País.

De uns dias para cá, entretanto, estamos vendo uma intensa divulgação da escolha do local para os próximos 60 dias; das medidas para a mudança; de declarações de que a transferência se fará em poucos anos, enfim, de tudo o que pode formar, no espírito público, a idéia de que a mudança se dará dentro em breve e nada sobre desapropriação dos terrenos, que deveria anteceder a essa propaganda; — o silêncio foi completo quanto à desapropriação. Isto corresponde, na prática a estar, essa Comissão — provocando valorizações astronômicas de terras que terá de adquirir.

Desconhecemos se essa Comissão estudou algum plano para prosseguir na formação da opinião pública, ou se as notícias vêm sendo publicadas conforme circunstâncias ocasionais, mas permita-nos, Vossa Excelência, a lealdade de declarar que na nossa opinião pelo que

conhecemos do assunto, se os especuladores tivessem traçado um plano para preparar o público para uma especulação em larga escala, este haveria de coincidir com o que está ocorrendo.

Figuremos o exemplo de alguém que tivesse necessidade de fazer uma construção; imaginemos que esse alguém escolhesse o terreno, anunciasse a toda gente que o tinha escolhido depois de exaustivos estudos porque ele tinha tais vantagens, que mandasse arquitetos ao terreno para projetarem a construção, que anunciasse que dentro em breve a construção estaria pronta, que fizesse tudo isso antes de procurar o proprietário do terreno para adquiri-lo. É fácil de se prever o que iria suceder a esse alguém. Essa Comissão está colocando o Governo na posição desse exemplo.

Creia, Vossa Excelência, que é com sobressalto e amargura que temos que reconhecer que as viagens da honesta figura de Vossa Excelência e de alguns honestos membros da Comissão à Goiás não podem deixar de comparar-se às dos não menos honestos oficiais que, há cerca de 30 anos, em 1922, foram também a Goiás lançar o marco fundamental do Novo Distrito Federal e, sem que o soubessem no ardor patriótico de suas boas intenções, foram os inocentes úteis que preparam terreno para a maior "chantage" imobiliária do Brasil, que foi a venda, em todo o País, de terrenos da Nova Capital Federal em Planaltina e outros municípios, envolvendo na teia das calúnias pessoas que delas só vieram a se redimir pela pobreza em que morreram.

Tal foi o escândalo que então se propagou no Brasil, que a idéia da Nova Capital ficou relegada ao maior descrédito, rebaixada a assunto de crônicas criminais.

A repetição de semelhante fato já se iniciou com as vendas e revendas, loteamentos, enfim todo um "encilhamento" de terras no Planalto, numa especulação que se

vem alastrando para o Triângulo Mineiro, para São Paulo e dentro em poucas semanas, terá tornado inexecutível a idéia, por muitos anos, como previmos, por quanto a subdivisão das atuais fazendas, as vendas e revendas fictícias ou reais, a preços de especulação, criarão tais dificuldades para as desapropriações, que o Governo Federal, assoberbado pelas crônicas crises econômicas e financeiras não disporá de recursos para vencê-las. — Não nos iludamos: — é o início da derrocada da Nova Capital.

Se não fôr atalhada imediatamente — (se ainda fôr possível) — especuladores de todo o Brasil e do estrangeiro irão convergir para Goiás, adquirir terras para lotear e revender no País e até fora dele — e o Governo não terá meios práticos para conter o mal, depois de propagado".

O Sr. Fernando Távora — V. Exa. permite um aparte? (*Assentimento do orador*) — Devo dizer a V. Exa. que fui um dos lesados, pois comprei também uma quadra daqueles terrenos.

O SR. COIMBRA BUENO — Muito agradeço o aparte do nobre Senador Fernandes Távora. S. Exa. vem, justamente, nos informar que foi uma das vítimas da especulação de 1922, a qual, esperamos, não terá possibilidade de repetição se o Governo tomar providências imediatas no sentido de desapropriar não parte, mas a totalidade do novo Distrito Federal.

Peço, ainda, a atenção do Senado para o seguinte fato: esta desapropriação deve realizar-se dentro dos próximos meses e, não nas "calendas gregas".

(*Lendo*) Agora que começa a se consumir o perigo que tantas vezes apontamos, pedimos vênha a Vossa Excelência para solicitar o estudo e aplicação de medidas imediatas, intensas e enérgicas, capazes de refrear a corrida imobiliária na Planalto Goiano e de alcançar a *desapropriação aos preços baixos vigentes e justos* das ter-

ras destinadas ao futuro Distrito Federal e outras áreas necessárias à Interiorização, de modo a se atingir o elevado objetivo de drenar o erário público a valorização das terras decorrentes da mudança.

Fazemo-lo com o direito e a autoridade moral de quem desde 1930, há 18 anos, teve a coragem de dar os primeiros passos para a atual campanha, quando a idéia estava excluída da Constituição fora da orientação do Governo e no mais completo descrédito:

de quem, tendo construído Goiânia — verdadeira obra piloto da futura Capital Federal — e tendo lutado, debalde, durante as obras, pela desapropriação para o Poder Público, das áreas em torno da Cidade, pode demonstrar o acerto de suas gestões, em face do atual descalabro urbanístico de Goiânia;

de quem, desde então, vem lutando, não só pregando, mas fazendo sacrifícios de toda ordem por esse ideal;

de quem, sendo proprietário de numerosos terrenos em Goiânia, não exitou em combater a idéia do Presidente Eurico Dutra de transferir a Capital inicialmente para Goiânia, renunciando a todos os benefícios que assim lhe adviriam;

de quem, tendo interesses imobiliários em várias regiões do País, se alheou e fez com que todas as suas organizações se alheassem, como alheados estão, de qualquer interesse nas regiões prováveis da Nova Capital;

de quem, sendo membro da família de numerosos pecuaristas, proprietários de grandes fazendas de criação em Goiás e de extensas invernadas em São Paulo, soube enfrentar os interesses de todos, para combater, até afastar, o plano de localização da Capital no Triângulo Mineiro, o que poria o Distrito Federal, vizinho de um lado das suas fazendas em Goiás, do outro, das suas invernadas em São Paulo.

Citamos estes fatos para pôr bem à mostra os fundamentos de força moral e do lastro de nossa expe-

riência que servem de base para o nosso protesto, muito embora alguns interessados procurem soterrá-los com a lama da calúnia, e da intriga, pelo fato de possuímos numerosos terrenos em Goiânia, que entretanto, foram adquiridos de particulares depois de concluída a construção da Cidade, já parcialmente valorizados, quando do nosso total desligamento da administração, e nas mesmas condições de centenas de outros proprietários atuais de Goiânia muito dos quais nem sequer conhecem a cidade.

Esses terrenos, repetimos, como todos os demais em torno do núcleo urbano, deveriam ter sido desapropriados pelo Estado a preços irrisórios antes ou durante a construção da cidade, conforme debalde lutamos.

Muitos outros também têm lutado pelos ideais amalgamados na Reforma de Base com Base na Mudança, sem nenhuma outra recompensação senão a de ver esses ideais avançarem, como têm avançado, desde o mais completo descrédito, até a posição de hoje.

E' assim que estão exaustivamente estudados, por equipes de técnicos nacionais, as ligações rodoviárias, ferroviárias, aeroviárias e acquaviárias, os problemas genéricos, hidrográficos, climatéricos, os potenciais e algumas bacias e usinas hidrelétricas, os mosaicos aerofotograméticos na escala de 1:25.000, a cartografia básica na escala de 1:2.500.000, as amarrações com a região do São Francisco problemas econômicos, sociais e numerosos outros elementos para a Interiorização.

Tais serviços, foram na maioria, conservados inéditos — aguardando a escolha do Novo Distrito e a essencial desapropriação das terras, após a entrega dos serviços de foto-análise e foto-interpretção, a cargo de empresa especializada.

Após a desapropriação — quando o Governo já tiver a posse e domínio das áreas, tais assuntos, po-

derão ser completados e ajustados ao sítio definitivo, dando coroa-mento aos esforços ingentes e despretenciosos de muitos brasileiros, em relação ao seu Planalto Central, que por alguns foi repetidamente percorrido e estudado meses a fio, durante vários anos.

A não divulgação de tais trabalhos, suas plantas e estudos — ciosamente guardados em Repartições Públicas, muitos dêles sem fazer sequer referência à Nova Capital, enquadrados como estão nos planejamentos gerais do País — constitui precaução capaz de tornar a desapropriação exequível e acessível. Doutra forma poderiam servir de subsidio para intermináveis ações judiciais, de especuladores contra o Governo.

Não vimos fazer críticas destrutivas, que não caberiam na admiração despertada pela honestidade de propósitos de Vossa Excelência. Cumprimos o dever de apontar estes fatos que tanto poderao vir a pesar na responsabilidade das Autoridades atuais, e pedimos vênia para sugerir as medidas seguintes, que talvez ainda possam conjurar o escândalo.

a) silenciar tôdas as notícias sobre a escolha do local e de projetos de urbanismo — mesmo porque estas, sobretudo, são no momento descabidas, uma vez que o Governo ainda não possui as terras;

b) fazer a mais insistente e sistemática difusão possível de medidas de desapropriação, taxa de melhoria, revisão de impostos, a serem tomadas pelo Governo com base na legislação atual e em novas leis especiais;

c) promover pronunciamentos e divulgar opiniões autorizadas sobre a matéria;

d) solicitar ao próprio Presidente da República que nas suas próximas palestras ao Povo, faça as mais enérgicas e incisivas declarações sobre desapropriação e taxas de melhoria atuais e futuras;

e) tomar tôdas as medidas que contribuam para afastar do espiri-

to do público a idéia de lucro com a valorização dos terrenos, de modo a dificultar a venda de terras psicologicamente valorizadas com a mudança, desencorajando os especuladores;

f) coordenar as leis existentes e tomar imediatamente as medidas nelas cabíveis para desapropriação, taxa de melhoria e impostos;

g) ultimar os entendimentos com os Estados de Goiás e de Minas Gerais e com os Municípios da Região para uma perfeita coordenação da Administração Federal Estadual e Municipal, no interesse da mudança;

h) prosseguir e completar um plano que garanta definitivamente a drenagem da valorização das terras para o erário público, assegurando ao Governo sólida cobertura para tôdas as despesas da Mudança;

i) estudar as leis especiais e complementares necessárias à criação do Novo Distrito Federal e tornar os atos competentes para salvaguardar os interesses do País com a realização da Mudança;

Queremos que Vossa Excelência se digne compreender nossa lealdade à causa, ao apontarmos fatos tão incômodos, num desengargo de consciência, sem que em nada diminua a nossa admiração pelas boas intenções e pela honradez de propósitos de Vossa Excelência, nem tampouco o reconhecimento pelo apoio moral e pelas palavras de estímulo que recebemos de Vossa Excelência, pela nossa luta por esta causa.

Com a mais elevada consideração, as mais cordiais saudações. — *Jeronymo Coimbra Bueno.*

A seguinte carta foi também por mim dirigida ao Chefe da Casa Militar da Presidência da República, que, no momento, controla a Comissão:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa. tal a gravidade que atribuo ao assunto, uma cópia de minha carta, desta data, dirigida ao Presidente da Comissão de Localização

da Nova Capital Federal, Marechal José Pessoa.

Nela cumpro o dever de dar um brado de alerta contra a especulação de terras, que ora se inicia em Goiás, com perigo de se transformar em escândalo capaz de frustrar a idéia da mudança e me refiro às medidas essenciais a serem executadas, que se resumem em:

1) escolha de um dos cinco sitios indicados por empresa especializada contratada; concomitante estudo e aplicação de todas as medidas legais cabíveis, e preparatórias para a desapropriação total;

2) desapropriação da área do novo Distrito Federal e de outras que se fizerem necessárias à interiorização;

3) criação do Novo Distrito Federal, com legislação capaz de salvaguardar os interesses do País na realização da mudança.

Com os votos de felicidade pessoal de Vossa Excelência, apresento as mais cordiais saudações.

São estas, Sr. Presidente, as palavras com que desejo alertar o Parlamento e as autoridades nacionais, agora que chegou o momento de fazermos a desapropriação total das áreas para que o Governo Federal, de posse da matéria-prima essencial, se capacite para realizar a interiorização — única coisa que se pode fazer com base na atual situação de tragédia que o país atravessa, em que todos os assuntos nacionais são relegados a plano secundário.

Talvez seja esta a base de todo o planejamento e enquadramento do país em uma linha de seriedade e honestidade que, realmente, sirva aos altos interesses da Nação.

Fora da nova Capital, não existe nenhuma outra coisa séria a englobar o país, a unificá-lo para a futura grandeza da nossa Pátria. (*Muito bem; muito bem. Palmas*).

Comunicado distribuído pela C.P.C.M.C.F., condenando a realização de qualquer negócio — Uma

firma comercial queria o endosso oficial às suas transações — Desapropriação aos preços comuns na região de Planaltina

“Correio da Manhã — De 28 de julho de 1956:

O NOVO ENCILHAMENTO

O que já se falava e comentava durante meses, embora sem possibilidade de oferecer provas exatas, está agora oficialmente confirmado: a Comissão encarregada do planejamento da nova Capital revela suas conversas com uma firma imobiliária que solicitou, de maneira indireta, fomento das suas atividades; ou, pelo menos, que essas atividades não fossem prejudicadas por declarações oficiais, correspondentes à verdade dos fatos. Ao mesmo tempo, a referida Comissão fala sobre vendas de lotes em terrenos absolutamente não desbravados, em parte ainda cobertos de florestas.

Passa-se tudo de maneira legal. De maneira legal também se processou em 1891, o famoso Encilhamento, a venda de ações de empresas inexistentes ou fantasiosas, das quais uma já então prometia a exploração agropecuária e industrial (!) dos mais remotos sertões de Goiás e Mato Grosso. Foi sintoma de grande inflação que, então, devorou muitas fortunas e empobrecceu muitos pobres. E' uma pena que a atual atmosfera inflacionária também possa ser aproveitada para explorar a fé dos ingênuos nos benefícios da transferência da Capital.

Mas quem é o responsável? Depois de estourar o escândalo, todos negarão. Quando terrenos, lotes e ações ficarem reduzidos a valor zero, ninguém será culpado. Ou ninguém admitirá sua culpa no fomento de negócios meios fraudulentos ou mais que meio fraudulentos. Por isso, será bom estabelecer as responsabilidades antes de a confusão geral se estabelecer.